

## **Seminário (Webinário) “Mulheres e Prisões: desafios brasileiros no contexto pós-pandemia” (27/08/2021)**

Quando nos referimos às questões ligadas à mulher no contexto de pandemia e pós-pandemia, temos muitos desafios a considerar. E quando ainda lançamos o nosso olhar para as mulheres privadas de liberdade, emergem, inevitavelmente, situações fartas para a reflexão acerca de sua alta vulnerabilidade e a provocação para a tomada de providências cabíveis, urgentes e preventivas.

O objetivo que tem nos acompanhado e que também motiva o evento desta tarde é a busca por diálogos francos, respeitosos, sérios e comprometidos entre as Instituições e com a Sociedade em geral, tentando elaborar e aplicar políticas públicas e desenvolver ações concretas que beneficiem, de alguma forma, as mulheres em situação de prisão e seus familiares.

A nossa lucidez nos leva a pensar e a refletir sobre a realidade do encarceramento feminino, sobre a violência contra a mulher no âmbito do Sistema Prisional, sobre a situação de saúde das mulheres em situação de prisão, e sobre os desafios, sempre persistentes, para a sua reintegração social.

Além disso, duas realidades continuam a nos inquietar: a primeira se trata da falta de políticas públicas de gênero, específicas para beneficiarem as mulheres em situação de prisão. As mulheres privadas de liberdade, têm uma condição específica de vulnerabilidade que requer uma especial consideração e atenção. Deveriam ser tratadas com um maior e mais justo cuidado, e não com descaso, negligência ou omissão do Estado no cumprimento de seus deveres. Os direitos já conquistados, não poderiam ser violados, afetando, como muitas vezes constatamos, a dignidade, a saúde psíquica, afetiva e física, a auto-estima e até a cidadania das mulheres presas.

A segunda questão é aquela que desconsidera o vínculo forte das mulheres encarceradas com a sua família, principalmente com os seus filhos. Como não ter em conta a evidência da importância da mãe, na

primeira fase da vida de uma criança? Por que não facilitar o direito das mães cuidarem de seus filhos e filhas? Por que tanta morosidade em ampliar e avançar na possibilidade de prisão domiciliar cautelar durante a instrução processual, possibilitando esta garantia alternativa, ao menos às mulheres gestantes e mães de crianças com até 12 anos de idade? Por que tanta obstacularização na aplicação de penas alternativas?

Nas visitas que a Pastoral Carcerária fez às Unidades Prisionais Femininas no Estado de Mato Grosso, constatou-se que, por conta desse vínculo familiar, as mulheres preferem permanecer em uma cadeia pública, muitas vezes insalubre, às vezes superlotada e com condições inabitáveis (mas com chance de receber visita de sua família, principalmente dos filhos), do que ir para uma penitenciária distante, onde se poderia, eventualmente, ter acesso à remissão de pena por trabalhos ou estudos, e até acesso a cursos de profissionalização, além de poderem encontrar condições até melhores para se habitar. (Que grande expressão do amor sacrificial materno!)

Em atividades da Pastoral Carcerária Regional nos últimos anos, pude fazer a seguinte afirmação – que ousou repetir hoje, com o lamento de não ver que a situação apresentou quadro de melhoras: “É lamentável que a maioria das mulheres presas em nosso Estado sejam negras, pobres e de pouco estudo. Daí a conclusão de que o sistema prisional ainda é racista e classista. A partir do levantamento feito, torna-se urgente a discussão sobre o desencarceramento no Estado, pois é grande a quantidade de mulheres presas provisórias, que não passaram por julgamento”. A quantidade de mulheres presas, em situação provisória que não se resolve nunca, dói profundamente no coração da gente.

Por fim, **como Igreja Católica presente e atuante no Estado de Mato Grosso, em nome dos Bispos que compõem o Regional Oeste 2 da CNBB, quero agradecer por todo o trabalho voluntário de tantas pessoas** – especialmente a nossa dedicada e eficiente coordenadora Sra. Ana Cláudia Pereira com sua equipe, e enaltecer a natureza da missão da Pastoral Carcerária, que valoriza, respeita, defende e promove a vida dos mais vulneráveis, conforme o pedido de Jesus, que passou a vida fazendo o bem: “Estive na prisão, me visitastes e cuidastes de mim”(Mt 25,31ss).

Essa ação profética e misericordiosa da Igreja em favor dos encarcerados e encarceradas, a faz servidora da vida – conforme prevê o nosso Planejamento Pastoral Regional, na perspectiva da necessária saída missionária – conforme tem pedido o Papa Francisco, não obstante a hostilidade de alguns setores que vêem a Pastoral Carcerária da Igreja Católica como um empecilho, pois denuncia com profecia a injustiça e reivindica a defesa e a prática de Direitos.

Ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso, por meio do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo, à Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso e à sua Escola Superior, às autoridades aqui presentes, às Instituições aqui representadas: Somos muito agradecidos por esta proximidade, parceria, abertura para o diálogo respeitoso e para a execução de ações conjuntas em favor das irmãs e dos irmãos em situação de prisão que, ainda que sejam tidos como não merecedores, precisam do nosso olhar humano e cristão (e Jesus de Nazaré nos ensinou a levar em conta não o merecimento, mas a necessidade das pessoas).

Enfim, a todos e a todas que estão conosco neste Webinário, nossa saudação muita fraterna.

Que Deus abençoe o belo encontro e as reflexões desta tarde, e nos dê sempre o olhar de Jesus Cristo para enxergar a população carcerária com sensibilidade, responsabilidade, compaixão e compromisso.

E não nos esqueçamos do nosso ideal, profundamente humano e cristão:  
*Por um mundo sem Cárceres!!!*

***Padre Reinaldo Braga Junior***

***Secret. Executivo CNBB Oeste 2***